
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM
GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA,
PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO,
DA COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA – RIO**

celebrado entre

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA – RIO
como Emissora

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
como Fiadora

e

RIO BONITO SERVIÇOS DE APOIO RODOVIÁRIO LTDA.
como Fiadora

Datado de
13 de junho de 2013



ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES	4
CLÁUSULA II REQUISITOS	5
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	7
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	10
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO	21
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO.....	21
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO.....	24
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.....	30
CLÁUSULA IX OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DAS FIADORAS	35
CLÁUSULA X AGENTE FIDUCIÁRIO.....	36
CLÁUSULA XI ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	46
CLÁUSULA XII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS.....	48
CLÁUSULA XIII DISPOSIÇÕES GERAIS	50



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA – RIO

Pelo presente instrumento,

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA – RIO, sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia Washington Luiz, 13.892, Jardim Primavera, km 111, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 00.880.446/0001-58, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Emissora”);

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento (“Agente Fiduciário”), representando os debenturistas da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora (“Debenturistas”);

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”.

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., sociedade por ações de capital aberto com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 142/143, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.014.553/0001-91, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“TPI”); e

RIO BONITO SERVIÇOS DE APOIO RODOVIÁRIO LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Matias Barbosa, Estado de Minas Gerais, na Rodovia BR 40 km 800 01/A, Empresarial Park Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.702.054/0001-97, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Rio Bonito” e, em conjunto com TPI, “Fiadoras”);



vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz De Fora – Rio” (“Escritura de Emissão”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

Para fins da presente Escritura de Emissão, “Dia(a) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais (para os pagamentos realizados através da CETIP) e/ou feriados no Município de São Paulo, Estado de São Paulo e no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para os demais casos.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. Autorização da Emissão

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da:

- (a) Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 28 de maio de 2013 (“AGE da Emissora”), na qual foram deliberadas (i) a aprovação da Emissão (conforme definido na Cláusula II abaixo), bem como seus termos e condições; e (ii) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE da Emissora, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Emissora datado de 16 de outubro de 1995, conforme alterado em 28 de abril de 1998, 27 de outubro de 1999, 29 de abril de 2000, 22 de agosto de 2000 e 12 de fevereiro de 2009;
- (b) Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 28 de maio de 2013 (“RCA da Emissora”), na qual foram deliberadas a (i) a aprovação da Emissão; (ii) aprovação da constituição das Garantias (conforme definidas na Cláusula 4.15.1 abaixo); e (iii) autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA da Emissora;
- (c) Reunião do Conselho de Administração da TPI, realizada em 9 de maio de 2013 (“RCA da TPI”), na qual foram deliberadas: (i) a aprovação da Emissão, bem como seus termos e condições, (ii) a aprovação da Emissão e da outorga da Fiança (conforme definida na



Cláusula 4.14 abaixo); (iii) a aprovação da outorga de penhor sobre 100% (cem por cento) das ações emitidas pela Emissora detidas pela TPI, nos termos da Cláusula 4.15 abaixo; (iv) a aprovação de garantia de alienação fiduciária sobre 100% (cem por cento) das quotas da Rio Bonito de titularidade da TPI, nos termos da Cláusula 4.15 abaixo; e (v) a autorização à Diretoria da TPI para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA da TPI;

- (d) Deliberação nº 68 da ANTT, de 03 de abril de 2013, pela qual a Oferta Restrita (conforme definida na Cláusula II abaixo) e as Garantias foram devidamente autorizadas ("Autorização da ANTT") e
- (e) Ata de Reunião de Quotistas da Rio Bonito, de 11 de junho de 2013, na qual foram deliberadas a aprovação para outorga da Fiança e demais garantias a serem prestadas pela Rio Bonito no âmbito da Emissão ("ARQ da Rio Bonito").

CLÁUSULA II REQUISITOS

A primeira emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações da Emissora, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), nos termos desta Escritura de Emissão ("Emissão" ou "Oferta Restrita"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários

2.1.1. Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE da Emissora e a ata de RCA da Emissora serão arquivadas na JUCERJA e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil" ("Jornais de Publicação da Emissora"). A ata da RCA da TPI será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico" ("Jornais de Publicação da TPI" e, em conjunto com os Jornais de Publicação Jornais de Publicação da Emissora, os "Jornais de Publicação"). A ata de ARQ da Rio Bonito será arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG").

2.1.2. Os atos societários da Emissora e da TPI que pela lei são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCERJA e na JUCESP, respectivamente, bem como serão publicados nos respectivos Jornais de Publicação, conforme aplicável. Os atos societários da Rio



Bonito que pela lei são passíveis de serem arquivados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCEMG.

2.2. Inscrição da Escritura de Emissão na JUCERJA

2.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo uma cópia da via original devidamente registrada da Escritura de Emissão (ou eventuais aditamentos) ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis a contar da data de registro na JUCERJA e a via original em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de registro na JUCERJA.

2.3. Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.3.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.3.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" em vigor desde 1º de junho de 2011.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.



2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definidos na Cláusula 3.5.3 abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados a partir da data de subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e depois do cumprimento pela Emissora de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5. Registro da Garantia

2.5.1. Os Contratos de Garantia (conforme definidos na Cláusula 4.15 abaixo) e seus eventuais aditamentos serão protocolados em até 10 (dez) Dias Úteis, contados das respectivas datas de assinaturas nos Cartório de Registro de Títulos e Documentos indicados nos respectivos Contratos de Garantia ("Cartórios de Registro de Títulos e Documentos"), na forma prevista na Lei de Registros Públicos, n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973. No prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados a partir dos respectivos registros dos Contratos de Garantia nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, a Emissora obriga-se a apresentar ao Agente Fiduciário cópia autenticada destes registros.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: realizar com exclusividade, sob regime de concessão, a exploração da RODOVIA BR-040, Trecho Juiz de Fora-Rio de Janeiro e respectivos acessos, inclusive recuperação, monitoração, melhoramento, manutenção, conservação e operação.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A Oferta Restrita objeto da presente Escritura de Emissão constitui a primeira emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").



3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos e sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Itaú BBA S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores") nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, da Primeira Emissão da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.5.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e estar ciente, especialmente, mas não limitadamente, de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definidas na Cláusula 4.15.1 abaixo).



3.5.5. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.6. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; (b) não utilizar ou divulgar qualquer informação ou material publicitário e não autorizar qualquer de seus funcionários a conceder entrevistas ou atender jornalistas sobre qualquer assunto relacionado à Oferta Restrita e à Emissão, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (c) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita ou de eventuais jornalistas, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores e eventuais jornalistas neste período.

3.5.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.5.8. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.5.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da Oferta é o Itaú Unibanco S.A. ("Banco Liquidante") e o Escriturador Mandatário é o Itaú Corretora de Valores S.A. ("Escriturador Mandatário"), sendo que estas definições incluem qualquer outra instituição financeira que venha a suceder o Itaú Unibanco S.A. ou o Itaú Corretora de Valores S.A. na prestação dos serviços relativos às Debêntures.

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão utilizados para alongar e melhorar o perfil da estrutura de endividamento da Emissora, para resgatar antecipadamente a totalidade das Notas Promissórias emitidas pela Emissora em 16 de



abril de 2013, no montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na data de sua emissão e pagamento do saldo devedor das Cédulas de Crédito Bancário listadas no Anexo II; devendo o restante dos recursos obtidos ser destinado ao pagamento de despesas de capital e investimento em bens de capital – CAPEX, recomposição de caixa e despesas em curso ordinário dos negócios da Emissora, entre outros.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 17 de junho de 2013 (“Data de Emissão”).

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se portanto em 17 de junho de 2018 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado facultativo previstas nas Cláusulas VI e VII. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, com o seu consequente cancelamento. A liquidação das Debêntures aqui referida será realizada pela Emissora da seguinte forma: as Debêntures serão liquidadas pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 4.1.5 abaixo) (ou pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da Remuneração de que trata a Cláusula 4.2. abaixo e demais encargos devidos.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.6. **Atualização do Valor Nominal Unitário:** Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.1.7. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 200 (duzentas) Debêntures.



4.2. Remuneração

4.2.1. **Juros Remuneratórios:** As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominadas “Taxa DI over extragrupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), a partir da Data da primeira Integralização (ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável), inclusive, até a data de seu efetivo pagamento, exclusive (respectivamente, “Taxa DI” e “Remuneração”).

4.2.1.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), referente a cada Período de Capitalização, conforme abaixo definido, até a data do efetivo pagamento das Debêntures, obedecida a seguinte fórmula.

$$J = VNe \times (Fator \ de \ Juros - 1), \ onde:$$

onde:

- (a) “J”: valor da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) “VNe”: Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (c) “Fator Juros”: Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator \ de \ Juros = FatorDI \times FatorSpread$$

- (d) “FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização,



exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

- (i) “k” = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até “n”;
- (ii) “n”: número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro; e
- (iii) “TDI_k”: Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- (A) “DI_k”: Taxa DI, de ordem k, expressa ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;
- (e) “Fator Spread”: Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\};$$

onde:

- (i) “spread”: 2,1000 (dois inteiros e dez centésimos)



- (ii) "n" = número de Dias Úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo 'n' um número inteiro;
- (iii) "DP": número de Dias Úteis entre a Data da primeira Integralização e o último evento de pagamento, conforme o caso, e a data atual, sendo 'DP' um número inteiro; e
- (iv) "DT": número de Dias Úteis entre o último e o próximo evento, sendo 'DT' um número inteiro.

observado, ainda:

- (A) "Período de Capitalização": Define-se como sendo o intervalo de tempo, que se inicia na Data da primeira Integralização, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a data de Vencimento. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida semestralmente, conforme disposto na Cláusula 4.4 abaixo;
- (B) O fator resultante da expressão $(1 + TD I_k)$ deve ser considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;
- (C) Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (D) O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (E) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.1.2. Observado o disposto na Cláusula 4.2.1.3. abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI_k", a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações



financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.2.1.3 Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias corridos e consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 4.2.1.3, convocar Assembleia Geral dos Debenturistas (conforme termo definido na Cláusula XI abaixo) para deliberar, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração ("Remuneração Substitutiva"). Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada para apuração de "TDIk", a última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta pela Emissora, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures em Circulação, sem o pagamento de multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral dos Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data da primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, para o cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures que serão resgatadas, será utilizado o percentual correspondente à última Taxa DI oficialmente disponível.

4.2.1.4 Para efeito desta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação", para os fins de deliberação, todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

4.2.1.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas e não haja qualquer vedação legal quanto a sua utilização, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures, não sendo devidas quaisquer



compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.2.1.6. As Fiadoras desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 4.2.1.2. e 4.2.1.3 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos dos artigos 360 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de fevereiro de 2002 e alterações posteriores ("Código Civil"), mantendo-se as Fianças válidas e em pleno vigor, inclusive no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação.

4.3. Amortização

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 (três) pagamentos anuais, iguais e consecutivos, conforme tabela abaixo:

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures
17 de junho de 2016	33,34%
17 de junho de 2017	33,33%
17 de junho de 2018	33,33%

4.4. Pagamento da Remuneração

4.4.1. A Remuneração será devida semestralmente a partir da Data de Emissão, nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 17 de dezembro de 2013 e o último na Data de Vencimento (cada uma delas, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere à integralização das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil



subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado na Cláusula 4.5.1 acima, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures e do disposto na Cláusula VII, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da primeira Emissão (conforme definida abaixo), de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura de Emissão, considerando-se o preço unitário com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição").

4.10. Forma de Integralização

4.10.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.



4.11. Repactuação

4.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Diário Mercantil ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.concer.com.br), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.14. Garantia Fidejussória

4.14.1. As Fiadoras, neste ato, obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadoras, renunciando expressamente aos benefícios e direitos descritos na Cláusula 4.14.3 abaixo, obrigando-se como principais pagadoras e solidariamente responsáveis com a Emissora pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a Remuneração das Debêntures, os Encargos Moratórios e verbas indenizatórias, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Fiança" e "Valor Garantido").

4.14.2. As Fiadoras obrigam-se a pagar o Valor Garantido, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada



pelo Agente Fiduciário às Fiadoras informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão devidos, solidariamente, pelas Fiadoras de acordo com o estabelecido nesta Escritura de Emissão e fora do âmbito da CETIP.

4.14.3. As Fiadoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza e demais direitos previstos nos artigos 277, 333, 366, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e nos artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.14.4. As Fiadoras desde já concordam e obrigam-se somente a exigir e/ou demandar a Emissora por quaisquer valores honrados após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão, sub-rogando-se nos direitos dos Debenturistas perante a Emissora após o pagamento total da Fiança.

4.14.5. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento integral do Valor Garantido, inclusive nos casos de prorrogação da Data de Vencimento.

4.14.6. As Fiadoras desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

4.14.7. A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações principais e acessórias garantidas.

4.14.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.14.9 As obrigações das Fiadoras aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-las de suas obrigações ou afetá-las, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.



4.15. Garantias Reais

4.15.1. As Debêntures também serão garantidas por:

- (i) penhor de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Emissora ("Ações Empenhadas"), nos termos dos artigos 1.431 e seguintes do Código Civil, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as Ações Empenhadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas aos acionistas, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos, exercício de direito de preferência das Ações Empenhadas, distribuição de bonificações ou conversão de debêntures de emissão da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as Ações Empenhadas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, nos termos do Contrato de Penhor de Ações a ser celebrado entre os acionistas da Emissora, a Emissora, na qualidade de interveniente anuente, e o Agente Fiduciário ("Contrato de Penhor de Ações");
- (ii) alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das quotas representativas do capital social da Rio Bonito ("Quotas Alienadas Fiduciariamente"), quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Rio Bonito, bem como quaisquer bens em que as Quotas Alienadas Fiduciariamente sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as quotas que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas aos quotistas, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo quotista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos, exercício de direito de preferência das Quotas Alienadas Fiduciariamente ou todas as quotas, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as Quotas Alienadas Fiduciariamente, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Rio Bonito, nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas a ser celebrado entre os quotistas, a Rio Bonito na qualidade de interveniente anuente, e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas");



- (iii) cessão fiduciária de (a) todos os direitos decorrentes do Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública PG-138/95-00, celebrado entre a União, por meio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a Emissora, em 31 de outubro de 1995, conforme aditado (“Contrato de Concessão”), inclusive, sem limitação, os relativos a eventuais indenizações, presentes e futuras, a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão, (b) todos os direitos de crédito da Emissora presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual da RODOVIA BR-040, Trecho Juiz de Fora-Rio de Janeiro e respectivos acessos, nos termos do Contrato de Concessão, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão (“Concessão”); e (c) os direitos creditórios da Emissora sobre todos os valores a serem depositados e mantidos na Conta Vinculada (conforme termo definido abaixo), a qual acolherá os depósitos, diariamente efetuados pelo Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de banco depositário e arrecadador (“Banco Depositário e Arrecadador”) de todos os recursos recebidos em virtude do pagamento de quaisquer direitos creditórios, movimentáveis apenas pelo Banco Depositário e Arrecadador (“Conta Vinculada”), nos termos do “Contrato de Administração e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes”, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário e Arrecadador (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes”), sendo que todas as receitas provenientes do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes, bem como eventuais recursos decorrentes da excussão do mesmo serão depositados na Conta Vinculada, nos termos do “Contrato de Administração de Contas” a ser firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário e Arrecadador; e
- (iv) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios devidos pela Emissora em favor da Rio Bonito, oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Rodovia, Inspeção de Tráfego com Monitoramento da Rodovia, Operação Rodoviária de Atendimento Médico e Mecânico, Inclusive Fornecimento de Materiais, celebrado entre a Emissora e a Rio Bonito, em 1º abril de 2011, conforme aditado (“Contrato de Prestação de Serviços”) nos termos do “Contrato de Administração e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Emissora, a Rio Bonito, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário e Arrecadador (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Rio Bonito” e, em conjunto com o Contrato de Penhor de Ações, Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergente, “Contratos de Garantia”), sendo que todas as receitas provenientes do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Rio Bonito, bem como eventuais recursos decorrentes da excussão do mesmo serão depositados na Conta Vinculada Rio Bonito, nos termos do “Contrato de Administração de Contas” a ser firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário e Arrecadador. Os Contratos de Garantia, quando em conjunto com a Fiança, doravante “Garantias”.



4.16 Imunidade de Debenturistas

4.16.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista. Caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser celebrados por escrito pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, conforme aprovação dos detentores das Debêntures, e posteriormente protocolizados, em até 10 (dez) Dias Úteis, na JUCERJA.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO

6.1. Oferta de Resgate Antecipado

6.1.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante o envio de comunicação escrita aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data pretendida para o resgate, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares de Debêntures igualdade de condições para aceitar ou rejeitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade ("Oferta de Resgate Antecipado", "Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado" e "Data da Oferta de Resgate Antecipado", respectivamente).

6.1.2. No Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado deverão constar os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) a Data da Oferta de Resgate Antecipado; (ii) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas na Cláusula 6.1.6 abaixo; (iii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado; (v) o procedimento para o exercício da aceitação da Oferta de Resgate Antecipado; (vi) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada a aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas; e (vii) quaisquer outras informações



necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado.

6.1.3. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração devida desde a Data da primeira Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da Oferta de Resgate Antecipado, acrescida ou não de prêmio, conforme previsto no Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado.

6.1.4. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário, sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da realização da Oferta de Resgate Antecipado.

6.1.5. Após a publicação do Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar, nos termos do Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado, ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado, findo o qual, a Emissora terá o prazo de 10 (dez) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as debêntures objeto de resgate antecipado serão resgatadas em uma única data.

6.1.6. Caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser resgatadas, com base no Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá operacionalizar o sorteio. Neste caso, a Oferta de Resgate Antecipado deverá ser realizada, para as Debêntures custodiadas no CETIP, conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

6.1.7. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

6.2. Resgate Antecipado Facultativo

6.2.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, a partir da Data de Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o envio de comunicação



escrita, que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, dirigida ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate").

6.2.2. Para todos os fins de direito, a CETIP deverá ser comunicada acerca do Resgate Antecipado Facultativo, por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da efetiva data de Resgate Antecipado Facultativo ("Data de Resgate Antecipado Facultativo").

6.2.3. A Comunicação de Resgate deverá conter as seguintes informações (i) a Data de Resgate Antecipado Facultativo, (ii) o valor de resgate a ser pago aos titulares de Debêntures; (iii) o valor do prêmio a ser pago, conforme definido no item 6.2.3.1. abaixo, e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

6.2.3.1. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração devida desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da de Resgate Antecipado Facultativo, acrescida do prêmio de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a ser resgatado, conforme previsto na Comunicação de Resgate.

6.2.4. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser liquidadas e canceladas pela Emissora.

6.2.5. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo deverá ocorrer em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP.

6.3. Amortização Extraordinária

6.3.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, amortizar extraordinariamente até 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário Debêntures acrescido da Remuneração incidente sobre o valor a ser amortizado extraordinariamente ("Amortização Extraordinária"), mediante o envio de comunicação escrita, que deverá descrever os termos e condições da Amortização Extraordinária, dirigida ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da efetiva Amortização Extraordinária ("Comunicação de Amortização Extraordinária"). Qualquer Amortização Extraordinária em valor superior ao indicado não poderá ser realizada, devendo ser substituída por Resgate Antecipado Facultativo total das Debêntures.



6.3.2. Para todos os fins de direito, a CETIP deverá ser comunicada acerca da Amortização Extraordinária, por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da efetiva data de Amortização Extraordinária ("Data de Amortização Extraordinária").

6.3.3. A Comunicação de Amortização Extraordinária deverá conter as seguintes informações (i) a Data de Amortização Extraordinária, (ii) o valor das Debêntures a ser amortizado; (iii) o valor do prêmio a ser pago, conforme definido no item 6.3.3.1. abaixo, e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

6.3.3.1. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de prêmio será equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário objeto da Amortização Extraordinária, conforme previsto na Comunicação de Amortização Extraordinária.

CLÁUSULA VII

VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1.1 a 7.1.6 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) descumprimento, pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relativos à Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Distribuição e aos Contratos de Garantia não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil;
- (b) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão ou demais documentos relativos à Oferta Restrita, não sanada no prazo de 10 (dez) dias corridos, contado da data do recebimento de comunicação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;



- (c) ocorrência de (i) dissolução, liquidação, extinção ou pedido de autofalência da Emissora e/ou das Fiadoras; (ii) decretação de falência da Emissora e/ou das Fiadoras; (iii) pedido de falência formulado, de boa-fé, por terceiros em face da Emissora e/ou das Fiadoras, cujos efeitos não tenham sido suspensos ou realizado o depósito elisivo por estas no prazo legal; ou (iv) ingresso pela Emissora, e/ou pelas Fiadoras em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente;
- (d) ocorrência de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado ou decisão em procedimento administrativo contra a Emissora e/ou às Fiadoras que resultem no pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) no caso da Emissora e da Rio Bonito, consideradas em conjunto, e/ou a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) no caso da TPI, ou equivalente em moeda estrangeira, em todos os casos para as quais não tenha sido feita provisão para pagamento até a Data de Emissão, exceto se a Emissora ou as Fiadoras cumprir com tal obrigação no prazo estipulado;
- (e) existência de protestos de títulos ou restrições cadastrais impeditivas que venham a recair sobre a Emissora e/ou sobre as Fiadoras, em órgãos de proteção ao crédito tais como Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo ou Serviços de Informações do Banco Central - Sisbacen, CADIN, dentre outros, de caráter fiscal inclusive, por valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, no caso da Emissora e da Rio Bonito, consideradas em conjunto; e/ou a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, no caso da TPI, salvo se a Emissora e/ou as Fiadoras comprovar(em), em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da notificação do referido protesto ou inscrição, conforme aplicável, que: (i) a inscrição e/ou protesto foi realizado por terceiros de má-fé; (ii) os efeitos da inscrição e/ou do protesto foram suspensos por decisão judicial; ou (iii) a inscrição e/ou protesto foi cancelado;
- (f) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações contraídas pela Emissora junto a terceiros, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou equivalente em moeda estrangeira;
- (g) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações contraídas pelas Fiadoras junto a terceiros, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), no caso da TPI e/ou a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Rio Bonito, ou equivalente em moeda estrangeira;



- (h) inadimplemento pela Emissora na data de vencimento original, observados eventuais prazos de cura previstos nos respectivos contratos de quaisquer obrigações pecuniárias ou financeiras contraídas junto aos Debenturistas;
- (i) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações não financeiras contraídas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras junto aos Debenturistas e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pelos Debenturistas, inclusive no exterior;
- (j) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedade por Ações;
- (k) ocorrência de qualquer transferência, direta ou indireta, do controle societário da Emissora e/ou das Fiadoras, excetuando-se nos casos onde a transferência de controle ocorrer entre empresas do mesmo grupo ou que estejam sob controle comum da TPI ou se a Triunfo Holding Participações S.A. permanecer como controladora indireta ou ainda aquelas previamente aprovadas pelos Debenturistas;
- (l) cisão, fusão e incorporação da Emissora ou das Fiadoras, exceto por (i) cisão, fusão ou incorporação que mantenham a TPI na posição de controladora societária direta ou indireta da Emissora; ou (ii) aquelas previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (m) inadimplemento de quaisquer obrigações relevantes decorrentes do Contrato de Concessão ou não atendimento de quaisquer compromissos relevantes assumidos com o Poder Concedente, não sanados no prazo estipulado no Contrato de Concessão ou pelo Poder Concedente, conforme o caso;
- (n) caso haja, a qualquer tempo, atraso, suspensão ou paralisação das atividades objeto do Contrato de Concessão por culpa da Emissora, desde que não remediado no prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados de referido atraso, suspensão ou paralisação;
- (o) na hipótese da Escritura de Emissão tornar-se comprovadamente ineficaz, inexecutável ou inválida nos termos de qualquer sentença judicial (que não seja uma liminar), e tal invalidade ou inexecutabilidade não seja revertida no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da sua ocorrência;
- (p) na hipótese de quaisquer dos Contratos de Garantia, tornarem-se comprovadamente ineficazes, inexecutáveis ou inválidos nos termos de qualquer sentença judicial que não



seja liminar, e tal invalidade ou inexecutabilidade não seja revertida no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da sua ocorrência;

- (q) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão;
- (r) transferência a terceiros dos direitos e obrigações da Emissora e/ou das Fiadoras previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta Restrita;
- (s) redução do capital social da Emissora com restituição aos acionistas de parte do valor das ações, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (t) mudança ou alteração do objeto social (i) da Emissora; e (ii) das Fiadoras, sem a prévia anuência dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, exceto, em ambos os casos, se tal alteração for determinada pelo poder concedente ou se tratar de modificação pontual que não resulte na mudança da atividade principal da Emissora e/ou da Rio Bonito, conforme aplicável;
- (u) descumprimento da obrigação de manutenção de contratos de seguro conforme requerido no Contrato de Concessão;
- (v) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio na ocorrência de qualquer hipótese de Evento de Inadimplemento, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (w) rescisão, anulação, encampação, caducidade da concessão objeto do Contrato de Concessão, exceto caso a Emissora obtenha decisão judicial ou administrativa que permita a regular continuidade das atividades da Emissora dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados (i) da data de publicação no Diário Oficial do cancelamento, revogação, ou suspensão, ou (ii) data do recebimento, pela Emissora de notificação comunicando o cancelamento, revogação ou suspensão, o que ocorrer primeiro;
- (x) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações dos alvarás de funcionamento ou licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto caso a Emissora obtenha decisão judicial ou administrativa que permita a regular continuidade das atividades da Emissora dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados (i) da data de publicação no Diário Oficial da não renovação, cancelamento, revogação, ou suspensão, ou (ii) data do



recebimento, pela Emissora de notificação comunicando a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, o que ocorrer primeiro;

- (y) decretação de intervenção pela ANTT, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação pela Emissora da ocorrência do referido evento de inadimplemento;
- (z) ato de qualquer autoridade governamental, com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora;
- (aa) ato de qualquer autoridade governamental, com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos das Fiadoras;
- (bb) alienação ou compromisso de alienação pela Emissora de ativos, bens e direitos operacionais em valor de venda, individual ou agregado, acima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se (i) forem substituídos por outros ativos, bens ou direitos operacionais de valor igual ou superior aos recursos líquidos obtidos com a venda dos respectivos ativos, bens e direitos operacionais alienados; ou (ii) os recursos líquidos da venda forem utilizados para amortização extraordinárias das Debêntures, nos termos previstos na Cláusula VI acima; ou (iii) houver anuência prévia dos Debenturistas;
- (cc) não manutenção pela Emissora dos seguintes índices financeiros: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), apurado trimestralmente, com base nas informações trimestrais e/ou demonstrações financeiras anuais da Emissora, conforme aplicável, auditadas por auditores independentes, cadastrados na CVM. A primeira medição ocorrerá com base nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2013; e (ii) relação Dívida Líquida Total / EBITDA menor que 3,00 vezes, que será calculado e verificado trimestralmente, a partir (e inclusive) das informações trimestrais de 30 de setembro de 2013; e/ou
- (dd) inadimplemento pela Emissora na data de vencimento original, observados eventuais prazos de cura previstos nos respectivos contratos de quaisquer obrigações pecuniárias ou financeiras contraídas junto a quaisquer sociedades, direta, ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pelos Debenturistas, inclusive no exterior.



7.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nas alíneas “a”, “c”, “d”, “f”, “h”, “i”, “l”, “n”, “o”, “q”, “v”, “w”, “x” e “y” da Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, assim que tomar conhecimento, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

7.1.2. Na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 7.1 acima, exceto os citados na Cláusula 7.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula XI desta Escritura de Emissão e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.3 abaixo.

7.1.2.1 Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas 7.1.2 e 7.1.3, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral pelo Agente Fiduciário, os Debenturistas ou a Emissora poderão, no prazo de 02 (dois) Dias Úteis contados do descumprimento, pelo Agente Fiduciário, da obrigação indicada na cláusula 7.1.2 acima, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula XI desta Escritura de Emissão.

7.1.3. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 7.1.2 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

7.1.4. Em caso de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.1.5 abaixo.

7.1.5. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de notificação em tal sentido, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 4.7 desta Escritura de Emissão.



7.1.6. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando o vencimento antecipado e a Emissora deverá, obrigatoriamente, cancelar as Debêntures.

7.1.7. Para os fins da Cláusula 7.1 (cc) acima, considera-se:

(a) “Dívida Líquida Total”, o somatório dos saldos dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluindo dívidas da Emissora perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, nos mercados local e/ou internacional, prestação de fianças ou avais em benefício de terceiros, títulos descontados com regresso, operações de derivativos e cessão de direitos creditórios não performados e que não contem com seguro performance; menos as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras; e

(b) “EBITDA”, o lucro operacional consolidado da Emissora adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto das demonstrações financeiras da Emissora); e (iv) provisão para manutenção da rodovia excluindo-se (x) receitas não operacionais; e (y) receitas financeiras. Todo o cálculo deverá ser apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

7.1.8. O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado a partir da divisão do EBITDA pelo Serviço da Dívida total da Emissora, incluindo a dívida das Debêntures, com base nas últimas Demonstrações Financeiras auditadas da Emissora, apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data base de cálculo do índice. No serviço da dívida não serão considerados os montantes da dívida paga com recursos dessa captação. Para fins desta Cláusula 7.1.8, Serviço da Dívida significa o somatório dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas a hedge/derivativos da Emissora, excluindo juros sobre capital próprio da Emissora.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:



- (a) manter-se existente e não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor e não praticar nenhum ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com esta Escritura de Emissão ou quaisquer dos documentos relativos à Oferta Restrita;
- (b) cumprir todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis a elas ou à condução de seus negócios, exceto quando o não cumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não afetar o cumprimento das obrigações da Emissora no âmbito da Emissão;
- (c) manter válidas todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, incluindo, mas não se limitando à Concessão;
- (d) aplicar os recursos recebidos em decorrência da Emissão de acordo com a destinação dos recursos definida na cláusula 3.7.1 acima.
- (e) fornecer ao Agente Fiduciário e aos Coordenadores:
- (e.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (iii) declaração do Diretor Presidente (ou seu equivalente) da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão;
- (e.2) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, (i) cópia das demonstrações financeiras da Emissora, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e (ii) declaração do Diretor Presidente (ou seu equivalente) da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;



- (e.3) em até 3 (três) Dias Úteis do recebimento da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;
- (e.4) dentro de 10 (dez) Dias Úteis do recebimento da solicitação, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (f) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo previsto na alínea "e.4" acima, qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas, bem como o inadimplemento de quaisquer obrigações relevantes dos Contratos de Garantia;
- (g) preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelas regras relevantes emitidas pela CVM para emissores de valores mobiliários nos termos da Instrução CVM 476, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (h) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil;
- (i) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (j) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página, na rede mundial de computadores, e manter tais documentos disponíveis na mesma página por um prazo de 3 (três) anos;
- (k) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de janeiro de 2002, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (l) divulgar a ocorrência de fato relevante em sua rede mundial de computadores, comunicando imediatamente o Agente Fiduciário;
- (m) fornecer quaisquer informações solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (n) assegurar que os recursos decorrentes da Emissão não serão destinados a quaisquer finalidades e/ou projetos que possam causar danos sociais e que não atendam rigorosamente às normas legais e regulamentares que regem a Política Nacional de Meio Ambiente e às disposições estabelecidas pelos Princípios do Equador;



- (o) cumprir rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias ou contestatórias de boa-fé, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (p) convocar, nos termos da Cláusula XI desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (q) indicar um diretor que ficará responsável pelo atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas e o Agente Fiduciário;
- (r) notificar imediatamente o Agente Fiduciário a ocorrência do evento, sobre qualquer alteração relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e nos negócios da Emissora e/ou de suas controladas que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (s) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando: (i) Banco Liquidante e Escriturador Mandatário; (ii) Agente Fiduciário; e (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (*i.e.*, Cetip21);
- (t) cumprir com todas as obrigações previstas na regulamentação aplicável, em especial aquelas dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (u) não ceder os direitos e/ou obrigações do Contrato de Concessão em favor de qualquer terceiro;
- (v) não encerrar a Conta Vinculada enquanto não integralmente cumpridas todas as obrigações assumidas nas Debêntures;



- (w) colaborar com os Coordenadores para o atendimento integral das obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009 (conforme aplicáveis);
- (x) encaminhar ao Agente Fiduciário, no prazo de 1 (um) Dia Útil, contados do recebimento, por ela e/ou pelas Fiadoras, de citação, cópia de pedido de falência, recuperação ou evento equivalente apresentado por terceiros contra si e/ou contra as Fiadoras;
- (y) cumprir e manter em vigor todas as autorizações societárias necessárias à validade e à exequibilidade desta Escritura de Emissão, das Debêntures e dos demais Documentos da Oferta Restrita;
- (z) não conceder empréstimos e/ou garantias em favor de coligadas, controladas, controladoras ou partes relacionadas, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas em valor superior (individual e/ou agregado) a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (aa) informar ao Agente Fiduciário a intenção do Poder Concedente, no âmbito do Contrato de Concessão, em depositar os recebíveis devidos à Emissora em conta diversa da Conta Vinculada e a conta indicada pelo Poder Concedente, no prazo de até 1 (um) Dia Útil do recebimento da comunicação do Poder Concedente nesse sentido;
- (bb) pagar nas respectivas data de vencimento, todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual, federal), trabalhista, previdenciária, ambiental decorrentes de suas atividades, exceto por aquelas contestadas de boa-fé ou para os quais tenham sido constituídas as devidas provisões;
- (cc) não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (dd) observar as normas referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, à Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis;
- (ee) não prestar declarações falsas, imprecisas ou incompletas ao Agente Fiduciário no âmbito da Oferta Restrita;
- (ff) assegurar que a Emissora não tenha nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à esta Emissão; e



- (gg) assegurar que as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta Restrita pela Emissora e Fiadoras, permaneçam legalmente válidas e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA IX

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DAS FIADORAS

9.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, as Fiadoras, obrigam-se, ainda, a:

- (a) comunicar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer decisão interlocutória ou sentença, quer em primeira instância, quer em outros graus de jurisdição, inclusive quanto ao deferimento de liminar ou tutela antecipada e ao julgamento de recursos já interpostos, bem como sobre a interposição de recursos e ajuizamento de novas ações, em relação a qualquer ação que possa ocasionar a constrição de bens do patrimônio das Fiadoras e afetar, de qualquer forma, qualquer das Garantias previstas nas Cláusulas 4.14. e 4.15 acima;

- (b) fornecer ao Agente Fiduciário e aos Coordenadores:

- (b.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes às Fiadoras ou à sua respectiva administração e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (iii) declaração do seu Diretor Presidente (ou seu equivalente) atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão;



- (b.2) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, (i) cópia das demonstrações financeiras das Fiadoras, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e (ii) declaração do seu Diretor Presidente (ou seu equivalente) atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão. As Partes acordam que a Rio Bonito não está obrigada a cumprir as disposições deste item (b.2);
- (b.3) em até 3 (três) Dias Úteis do recebimento da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;
- (b.4) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, acompanhadas de um relatório contendo a descrição da ocorrência e das medidas que as Fiadoras pretendem tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; e
- (b.5) dentro de 10 (dez) Dias Úteis do recebimento da solicitação, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM 28; e
- (c) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo previsto na alínea “b.4” acima, qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas.

CLÁUSULA X AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. Nomeação

A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, a Planner Trustee DTVM Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas (“Agente Fiduciário”).

10.2. Declarações do Agente Fiduciário



10.2.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter nenhum impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (l) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28, exceto aquelas mencionadas no Anexo I desta Escritura;



- (m) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas no Anexo I a presente Escritura de Emissão, bem como aos Debenturistas da Oferta;
- (n) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula VII desta Escritura de Emissão; e
- (o) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto.

10.3. Substituição

10.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 10.3.6 abaixo.

10.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

10.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCERJA.



10.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição, conforme aplicável, sendo que o término do exercício de suas funções, devendo no caso da substituição, formalizar o aditamento a presente Escritura de Emissão, devidamente arquivado na JUCERJA.

10.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis* a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

10.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por atos da CVM.

10.4. Deveres

10.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papeis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão;
- (l) responsabilizar-se pela elaboração das atas de Assembleia Geral de Debenturistas;
- (m) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (n) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações sendo certo que a documentação necessária para a elaboração deste será enviada pela Emissora no prazo máximo de 30 (trinta) dias prévios ao encerramento do prazo junto à CVM:

(n.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;



- (n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (n.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (n.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (n.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (n.6) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (n.7) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (n.8) pagamentos da Remuneração realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (n.9) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias prestadas nos termos das Cláusulas 4.14 e 4.15 acima;
- (n.10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período; e
- (n.11) relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (o) disponibilizar o relatório de que trata a alínea “n” acima aos Debenturistas no prazo disposto na regulamentação aplicável, ao menos nos seguintes locais:
- (o.1) na sede da Emissora;
- (o.2) em sua sede social e em seu site (www.planner.com.br);
- (o.3) na CVM;
- (o.4) na CETIP; e



(o.5) na sede dos Coordenadores;

- (p) publicar, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas sobre a disponibilidade do relatório nos locais indicados na alínea "o" acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e à CETIP;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- (t) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (u) acompanhar com o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, em cada data de pagamento da remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão; e
- (v) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o Valor Nominal Unitário das Debêntures.

10.4.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

10.4.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos



Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10.5. Atribuições Específicas

10.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "e" da Cláusula 10.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, (i) a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "d" da Cláusula 10.5.1 acima; e (ii) a deliberação de 75% (setenta e cinco) por cento dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "a" da Cláusula 10.5.1 acima, observado o previsto nas Cláusulas 7.1.1 a 7.1.5.

10.6. Remuneração do Agente Fiduciário

10.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário pela Emissora, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$10.000,00 (dez mil), sendo o primeiro pagamento devido 5



(cinco) Dias Úteis após data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

10.6.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

10.6.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

10.6.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante pagamento de boleto a ser emitido pelo Agente Fiduciário.

10.6.5. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 10.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata temporis*, se necessário.

10.6.6. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação aos tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

10.6.6.1. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) assessoria aos Debenturistas, (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas; (c) a implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora, e para (d) a execução das Garantias ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado.

10.6.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a



contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

10.6.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

10.6.9. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada na Cláusula 10.6.1 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago e multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

10.6.10. A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões e despesas com viagens e estadas.

10.7. Despesas

10.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

10.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 10.7 será efetuado, em 10 (dez) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante entrega das vias originais dos comprovantes de pagamento.

10.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas,



depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

10.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 10.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora, em razão de motivo justificado;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 10.7.1 e 10.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA XI ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas" ou "Assembleia Geral") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

11.1. Convocação

11.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por



cento) das Debêntures em Circulação.

11.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

11.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

11.1.3.1. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

11.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral.

11.2. Quorum de Deliberação

11.2.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 11.2.2 abaixo, ou pelos demais quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

11.2.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 11.2.1 acima as seguintes alterações, (A) que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) o quorum de deliberação das Assembleias Gerais; e (iii) a vigência das Debêntures; e (B) que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (i) as hipóteses de vencimento antecipado com exceção do item (cc) da Cláusula 7.1 que deverá observar a regra estabelecida na Cláusula 11.2.1 acima; e (ii) os termos e condições da Fiança e dos Contratos de Garantia.



11.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e das Fiadoras nas Assembleias Gerais, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

11.2.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA XII

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

12.1. A Emissora e as Fiadoras, conforme aplicável, declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (a) a Emissora é sociedade por ações de capital fechado, devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) a Rio Bonito é sociedade limitada, devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (c) a TPI é sociedade por ações de capital aberto, devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (d) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura de Emissão e os demais documentos da Oferta Restrita e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (e) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários, contratuais e/ou delegados, conforme aplicável, para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (f) a celebração desta Escritura de Emissão e dos os demais documentos da Oferta Restrita, e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



- (g) nos termos da legislação em vigor e no Contrato de Concessão, as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta Restrita constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e das Fiadoras, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (h) detêm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, incluindo, mas não se limitando à Concessão, estando todas elas válidas;
- (i) estão cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, salvo nos casos (i) de desconhecimento comprovado pela Emissora ou pelas Fiadoras, conforme o caso; ou (ii) em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo o não cumprimento da respectiva lei, normas, determinações ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial;
- (j) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora e das Fiadoras referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora e das Fiadoras, não houve qualquer operação relevante envolvendo a Emissora e/ou as Fiadoras fora do curso normal de seus negócios, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora e/ou das Fiadoras, exceto conforme divulgado nas informações trimestrais da Emissora e/ou das Fiadoras e conforme descrito no formulário de referência da TPI;
- (k) não foram citadas em nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, nem existe qualquer fato ou evento que possa causar uma Mudança Adversa Relevante, além daqueles mencionados ou provisionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras e daqueles descritos no formulário de referência da TPI. Para os fins desta Escritura de Emissão, o termo "Mudança Adversa Relevante" significa: (i) qualquer efeito prejudicial e relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou



perspectivas da Emissora e/ou das Fiadoras; (ii) qualquer efeito prejudicial e relevante nos poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora e/ou das Fiadoras de cumprir com suas obrigações decorrentes da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia; (iii) qualquer efeito prejudicial e relevante que afete ou que possa afetar a constituição, validade e/ou exequibilidade da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia ou, de qualquer outra forma, afete o cumprimento das obrigações neles assumidas; ou (iv) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, resulte em um Evento de Inadimplemento;

- (l) não têm nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (m) não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (n) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (o) não prestaram declarações falsas, imprecisas ou incompletas ao Agente Fiduciário no âmbito da Oferta Restrita e não há qualquer fato ou evento que seja de conhecimento da Emissora que possa causar uma Mudança Adversa Relevante;
- (p) a utilização dos valores objeto da presente Emissão não implicará violação da legislação ambiental; e
- (q) observam as normas referentes a lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, à Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA XIII DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Comunicações

13.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:



Para a Emissora:

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio

Rodovia Washington Luiz, 13.892, Jardim Primavera, Km 111

CEP 25070-235 - Duque de Caxias, RJ

At.: Sr. Pedro Jonsson e Eliane Souza

Tel.: (21) 2676-1400

Fax: (21) 2676-1400

E-mail: eliane.souza@concer.com.br / pedrojonsson@concer.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º Andar, Itaim Bibi

CEP 04538-132 – São Paulo, SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Tel.: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

E-mail: vrodriques@planner.com.br / fiduciario@planner.com.br / tlima@planner.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

Itaú Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itausa

CEP 04344-902 – São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel.: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

01452-001 – São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Para as Fiadoras:

TPI -Triunfo Participações e Investimentos S.A.



Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1403
CEP 04511-000 – São Paulo, SP
At.: Srs. Sandro Antonio de Lima/ Hermes Oliveira
Tel.: (11) 2169-3999
Fax: (11) 2169-3969
E-mail: sandro.lima@triunfo.com / hermes.oliveira@triunfo.com

Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.

Rodovia BR 40 km800 01/A, Empresarial Park Sul
Matias Barbosa, MG
At.: Alcimar Ferreira / Daniel Werneck / Hermes Oliveira
Tel.: (32) 3273-2037
Fax: (32) 3273-2037
E-mail: alcimar@riobonito.srv.br / werneck@riobonito.srv.br / hermes.oliveira@triunfo.com

13.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por fac-símile ou por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

13.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

13.2. Renúncia

13.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora e/ou das Fiadoras prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e pelas Fiadoras nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



13.3. Veracidade da Documentação

13.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

13.3.2. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

13.4. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

13.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

13.5.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

13.6. Cômputo do Prazo



13.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

13.7. Despesas

13.7.1. A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão e os atos societários da Emissora; e (c) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, auditores, agência de classificação de risco, conforme aplicável e dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

13.8. Atualização de Valores

13.8.1. A partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, todos os valores em Reais (R\$) dela constantes, inclusive os mencionados na Cláusula VII acima, deverão ser corrigidos pela variação do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou a Remuneração das Debêntures.

13.9. Irrevogabilidade; Sucessores

13.9.1. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

13.10. Lei Aplicável

13.10.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.



13.11. Foro

13.11.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 13 de junho de 2013.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA – RIO

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA

Nome:

Cargo:

Viviane Rodrigues
Diretora

Nome:

Cargo:

Flávio D. Aguetoni
Procurador

RIO BONITO SERVIÇOS DE APOIO RODOVIÁRIO LTDA.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Nome:

Cargo:

Hermes Benith de Oliveira
CPF: 025.050.979-25
CRC: PR051928/O-9

Nome:

Cargo:

Andrea Ferreira de Mello
Triunfo Participações e Investimentos S.A.
Gerente Jurídica

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Denise Kimie Takaki
RG: 32.145.843-6
CPF: 352.436.428-43

Nome:

CPF:

Gracielle Massaro
RG: 7.900.311.5 SSP/PR
CPF: 029.228.489-65

